



## ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA COVID-19

# Coronavírus: transparência em 90% dos estados brasileiros é insuficiente

**RELATÓRIO EMBARGADO ATÉ MEIO-DIA DE SEXTA-FEIRA, 03/04**

*Avaliação considerou conteúdo, formato e nível de detalhamento das informações divulgadas nos portais dos governos dos estados e do governo federal; 11 estados não publicam dados mínimos*

- 90% dos avaliados ainda não publicam dados suficientes para acompanhar a disseminação da pandemia de Covid-19 pelo país, incluindo o governo federal
- Quase 40% dos estados ainda têm nível "opaco" de divulgação (0 a 19 pontos)
- Apenas 1 estado divulga em seu portal a quantidade de testes disponível
- Nenhum estado divulga quantos leitos (sobretudo, UTIs) estão ocupados, em relação ao total disponível
- 3 estados e o governo federal ainda não publicam informação por município
- Mais de 80% dos entes avaliados não divulgam dados em formato aberto (apenas em boletins ou em meio ao texto corrido)

Levantamento realizado pela Open Knowledge Brasil (OKBR), organização que atua na área de transparência e abertura de dados públicos, indica que **90% dos estados, incluindo o governo federal, ainda não publicam dados que permitam acompanhar em detalhes a disseminação da pandemia de Covid-19 pelo país**. O Brasil registrou seu primeiro caso em 26 de fevereiro de 2020.

Apenas Pernambuco conta, atualmente, com um nível alto de transparência (com 81 pontos de um total de 100, pelos critérios da avaliação). Em seguida, Ceará (69) e Rio de Janeiro (64) também apresentam bom nível de informações, embora ainda haja pontos importantes a melhorar.

**Onze estados ainda precisam avançar na publicação de dados e foram considerados “opacos” com relação à Covid-19** - o nível dessa categoria vai de 0 a 19 pontos.

Chama a atenção a **ausência de informações sobre testes disponíveis nos estados**: na data de coleta das informações, apenas um dos 28 entes avaliados informava esse dado. Outro dado relevante, ainda ausente, é a taxa de ocupação de leitos: **nenhum estado conta quantos leitos (sobretudo de UTIs) estão ocupados, em relação ao total disponível**.

"Na última semana, alguns estados evoluíram muito rápido", avalia Fernanda Campagnucci, diretora-executiva da OKBR. Ela cita especialmente Maranhão, Tocantins e Rio de Janeiro, que nos últimos dias passaram a fornecer informações detalhadas e em formatos abertos.

"É preciso reconhecer os esforços desses gestores, pois esses dados são fundamentais para que pesquisadores e jornalistas possam ajudar os governos a monitorar a crise e mesmo contribuir com soluções", diz.

A avaliação levou em conta três dimensões:

Dimensão	Descrição
<b>CONTEÚDO</b>	São considerados itens como idade, sexo e hospitalização dos pacientes confirmados, além de dados sobre a infraestrutura de saúde, como ocupação de leitos, testes disponíveis e aplicados.
<b>GRANULARIDADE</b>	Avalia se os casos estão disponíveis de forma individual e anonimizada; além do grau de detalhe sobre a localização (por município ou bairro, por exemplo).
<b>FORMATO</b>	Consideram-se pontos positivos a publicação de painéis analíticos, planilhas em formato editável e séries históricas dos casos registrados.

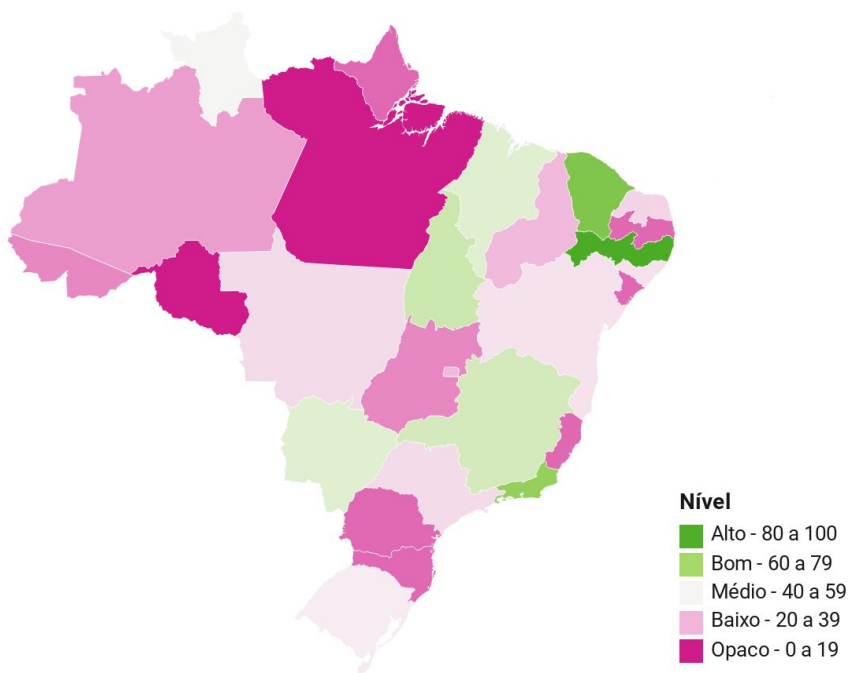
Todas as avaliações foram enviadas com antecedência aos estados. Até o fechamento deste material, seis responderam: Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Maranhão e Santa Catarina. Nenhum contestou a pontuação. O Amazonas destacou que realiza transmissões ao vivo todos os dias para atualizar os dados, e que vai utilizar esta avaliação como parâmetro para aprimorar a maneira como os publica.

"Esta avaliação busca apoiar os estados e o governo federal na melhoria da transparência", explica Fernanda. "Como o Ministério da Saúde publica dados muito agregados e os estados não observam os mesmos parâmetros de publicação, há muita variação entre os estados. Isso pode prejudicar a comparação e dificultar o planejamento a infraestrutura de saúde necessária para lidar com a crise", conclui.

Em seus boletins epidemiológicos, os estados também alertaram para as dificuldades que estão enfrentando desde o dia 27 de março, quando o Ministério da Saúde mudou o sistema nacional para registro de notificações. Rondônia, Rio Grande do Norte, Minas Gerais e Maranhão, por exemplo, afirmam que não conseguem obter dados detalhados por município nesta fase de transição.

A avaliação foi feita sobre as informações disponíveis na manhã de 2 de abril. Para refletir as melhorias feitas pelos estados, o índice será atualizado semanalmente.

## TRANSPARÊNCIA DA COVID-19



## RANKING

Posição	Estado	Sigla	Pontuação	Nível
1	Pernambuco	PE	81	Alto
2	Ceará	CE	69	Bom
3	Rio de Janeiro	RJ	64	
4	Tocantins	TO	50	Médio
5	Minas Gerais	MG	48	
6	Maranhão	MA	45	
	Mato Grosso do Sul	MS	45	
7	Roraima	RR	40	Baixo
8	Rio Grande do Sul	RS	36	
	<i>Governo Federal*</i>	União	36	
9	Alagoas	AL	33	
	Bahia	BA	33	
10	Mato Grosso	MT	31	
	São Paulo	SP	31	
11	Rio Grande do Norte	RN	29	
12	Distrito Federal	DF	21	
	Piauí	PI	21	
13	Amazonas	AM	17	
14	Acre	AC	14	
	Goiás	GO	14	
15	Amapá	AP	10	
	Espírito Santo	ES	10	
	Paraíba	PB	10	
	Paraná	PR	10	
	Santa Catarina	SC	10	
	Sergipe	SE	10	
16	Pará	PA	0	
	Rondônia	RO	0	

---

## DOWNLOADS

**Base de dados** completa com a avaliação detalhada de cada ente.

**Nota metodológica** com o detalhamento dos critérios de avaliação.

## SOBRE A OKBR

A OKBR, também conhecida como Rede pelo Conhecimento Livre, é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos e apartidária que atua no país desde 2013. Desenvolvemos e incentivamos o uso de tecnologias cívicas e de dados abertos, realizamos análises de políticas públicas e promovemos o conhecimento livre para tornar a relação entre governo e sociedade mais transparente e participativa.

Saiba mais no site: <http://br.okfn.org>

## EQUIPE RESPONSÁVEL PELO LEVANTAMENTO

### COORDENAÇÃO-GERAL

Fernanda Campagnucci

### COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Camille Moura

Fernanda Campagnucci

### REDAÇÃO E REVISÃO

Murilo Machado

Thiago Teixeira

## CONTATO PARA IMPRENSA

[imprensa@ok.org.br](mailto:imprensa@ok.org.br)